26/04/2019

Tragédias anunciadas: uma via sem saída?

Gideon Borges dos Santos

[Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana
Pesquisador do Cesteh/ENSP/Fiocruz]

Muito recentemente o país vem experimentando tragédias de natureza diversa que, pelo impacto que causam nas pessoas, ceifando vidas humanas, e pela previsibilidade, por não oferecer às vítimas condições de defesa, chocam a sociedade brasileira. Esses episódios poderiam trazer algum alívio para as pessoas que, além dos danos que sofrem e de todas as suas consequências inimagináveis, ainda amargam o abandono, no mínimo inusitado, das instituições jurídicas e políticas que, ao invés de se enrolarem em processos burocráticos, deveriam proteger o cidadão de males ainda maiores.

Formas clássicas de violência como o assassinato de estudantes em uma escola pública, por dois jovens, na cidade de Suzano, o fuzilamento de dois trabalhadores pelo exército, no bairro de Deodoro, cidade do Rio de Janeiro, além de vítimas diárias da violência urbana nas grandes cidades são alguns exemplos. As tragédias ocasionados pela Vale, em Mariana e Brumadinho, matando centenas de trabalhadores, as fortes chuvas que acometeram recentemente o Rio de Janeiro e o Nordeste brasileiro, deixando dezenas de mortos e milhares de desabrigados, o incêndio no centro de treinamento no clube de futebol do Flamengo e o desabamento de prédios na Muzema, ambos no Rio de Janeiro, também são exemplos de uma lista tenebrosa que parece interminável.

Além do fato de serem tragédias evitáveis se houvesse maior atenção de autoridades, do poder público e punição severa dos responsáveis, o aspecto comum nesses episódios e que chama a atenção de uma sociedade perplexa é o abandono das vítimas que, apesar de recorrerem às instituições judiciais e políticas, em busca de algum direito ou recompensa, podem amargar uma espera longínqua para encontrar uma solução, quando não ficam esquecidas, como se a responsabilidade pelo mal que elas sofrem, fosse fruto de uma fatalidade sobre a qual ninguém pode responder ou ser acusado.

Do ponto de vista da responsabilidade individual, sobram oportunidades para que as pessoas assumam o compromisso pelos seus atos, respondendo política, judicial e moralmente pelos danos causados aos outros. Contudo, como já sabemos, a negligência por assumir os próprios erros é fruto de uma sociedade que fez pouco investimento na formação ética dos cidadãos e, de forma preocupante, não penaliza aqueles indivíduos que procuram tirar vantagem das situações de vulnerabilidade alheia.

Essa, contudo, não é a situação mais grave. A negligência do poder político, tanto na fiscalização para evitar tragédias anunciadas, quanto no pronto atendimento à população vítima destas circunstâncias é evidente.

A razão vai desde a incompetência de gestores para lidar com a máquina pública e enfrentar a burocracia, até a infiltração de indivíduos corruptos nas esferas governamentais que, ao invés de realizarem o que está previsto na investidura do cargo, deliberadamente paralisam ou aceleram a engrenagem dos serviços públicos para atender aos seus interesses privados.

Essas circunstâncias chegaram a um limite de descontrole tão paradoxal que a oferta de serviços básicos à população tem sido o principal enfrentamento do Ministério Público que, a partir de processos individuais ou coletivos, passou a exigir do Poder Executivo a realização de ações básicas de saúde e educação. Ou seja, serviços essenciais que normalmente seriam oferecidos à população passaram a ser privilégios daqueles que possuem condições e disposição para enfrentar a própria morosidade da justiça.

E, de fato, quando o indivíduo recorre ao poder judiciário para decidir e implicar civil e criminalmente indivíduos e instituições que claramente têm responsabilidades por tragédias que implicaram em perda de vidas humanas, não encontra situação muito diferente.

O cidadão se vê diante de uma guerra judicial, na qual as batalhas parecem nunca ter fim porque o tempo de espera para se julgar uma sentença é muito acima do que suporta a expectativa humana. Em parte, isso se relaciona com o poder econômico que é capaz de financiar manobras judiciais que fazem um processo se arrastar por tantas instâncias jurídicas que desafiam a paciência e disposição de qualquer indivíduo, inclusive daqueles motivados por dores de perdas irreparáveis. A evidente fragilidade (para não dizer falência) dos sistemas judiciário e executivo para proteger aqueles que estão em desvantagem no sistema econômico e social, ou seja, trabalhadores, pretos, pobres e menores é de fato um problema. E o que parece mais assustador é a negligência e a ganância, que levam tanto agentes públicos quanto o cidadão comum a tomar decisões, não apenas irresponsáveis, mas ilícitas, persistirem na política brasileira, sem qualquer movimento capaz de evitar novos desastres. Nesse festival de violação das regras sociais e jurídicas, resta-nos interrogar quantas outras tragédias teremos ainda que presenciar? Quantas outras vidas serão ceifadas e arruinadas pela irresponsabilidade de indivíduos e instituições comprometidos com interesses próprios, em detrimento do bem comum? Quantos anos a mais as vítimas de tragédias aqui referenciadas e de outras não citadas, terão que esperar para se sentirem minimamente confortadas pela justiça? E, por fim, que destino terá a nossa sociedade se continuar na estrada da impunidade, desobediência, desrespeito à vida humana, à dignidade da pessoa e aos valores éticos e comuns? Estaremos, nós, portanto, numa via sem saída? ■■■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.